

Dívida: acordo tem adesão de 800 bancos

Extrema
JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

MIAMI — O Comitê Assessor de Bancos Credores do Brasil anunciou ontem à tarde, em Nova York, que pouco mais de 800 banqueiros internacionais enviaram telegramas assumindo o compromisso de aceitar os termos da renegociação da dívida externa do país. Esses banqueiros são responsáveis por cerca de 97% da dívida brasileira junto aos bancos privados, que soma US\$ 44 bilhões. Os termos do acordo já tinham sido aprovados pelo Senado brasileiro em dezembro último. O episódio, porém, ainda não está encerrado. O pacote só estará fechado mesmo daqui a alguns meses.

Dentro de duas semanas, os credores se sentarão para uma primeira conversa com as autoridades brasileiras, no sentido de concluir a reestruturação da dívida. No encontro a ser realizado em Hamburgo, paralelamente à assembleia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os banqueiros dirão qual das seis opções apresentadas pelo Brasil eles preferem, como forma de regularizar a situação. Os títulos atuais da dívida serão trocados por seis tipos diferentes de papéis novos — cada um com um período de resgate diferente e com juros também distintos, variando de acordo com o vencimento do débito.

Um desses novos títulos implica o fornecimento de dinheiro novo ao Brasil. A expectativa do Governo é de obter pelo menos US\$ 1,6 bilhão através desse instrumento. Esse dinheiro servirá para ajudar a pagar a garantia exigida pelos banqueiros, para a



Eliseu: negociações serão paralelas

reestruturação da dívida. O valor total dessa garantia é de US\$ 3,2 bilhões. A outra metade será obtida pelo Brasil através de empréstimos do Banco Mundial (Bird) e de um acordo **stand-by** a ser firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Há um prazo para que tudo isso seja feito. A escolha das opções por parte dos banqueiros, além do pagamento da garantia pelo Brasil, terão de ser concluídos no próximo dia 31 de julho. Há, porém, uma válvula de escape: caso surja algum problema, o prazo poderá ser estendido até 30 de novembro.

“A resposta positiva dos bancos, fornecida dentro do prazo



Fajgenbaum, chefe da missão do FMI

previsto, demonstra o seu apoio ao compromisso do Brasil de concluir o plano de financiamento e de regularizar suas relações com a comunidade financeira internacional”, dizia um trecho da nota emitida por William Rhodes, vice-presidente do Citibank, anunciando ontem o final de mais uma etapa das negociações.

Com tal compromisso, o Brasil agora passará a pagar 50% dos juros devidos — referentes a 1991, 1992 e 1993. Até aqui, o país vinha pagando só 30%. Ao mesmo tempo, o acordo facilitará o fluxo de capital que mantém as linhas de crédito para importações e exportações brasileiras.